

Companhia Energética Sinop S.A.

**Informações contábeis
intermediárias em 31 de março de
2021**

Avenida dos Flamboyants, 684 – Jardim Botânico – Sinop / MT – CEP 78.556-024
Fone: +55 (66) 3520-9500 // 0800 652 5009



Conteúdo

Comentário de desempenho da Companhia	3
Relatório dos auditores independentes sobre às informações contábeis intermediárias	15
Balancos patrimoniais	17
Demonstrações de resultados	18
Demonstrações de resultados abrangentes	19
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	20
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	21
Demonstrações do valor adicionado	22
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	23

Comentário de desempenho

Primeiro trimestre de 2021

Divulgado em 07 de maio de 2021, em R\$ mil

Índice

Introdução.....	5
Destaques do Período	5
Indicadores Econômico-financeiros.....	8
Sobre a Sinop Energia	8
Desempenho Econômico-Financeiro.....	10
Implantação do Empreendimento e Ações Socioambientais	13
Declaração sobre Consultoria Prestada pelos Auditores Independentes.....	13
Declarações da Diretoria.....	14
Agradecimentos.....	14

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Introdução

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Sinop Energia” ou “Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, anuncia hoje seu resultado referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

Além desse relatório, que atende os requerimentos estabelecidas pelo artigo 29 da Instrução CVM nº 480/09 para o Comentário de Desempenho/Comentário de Desempenho, a Companhia também disponibiliza as Informações Contábeis Intermediárias relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, acompanhadas do Relatório sobre a revisão das informações trimestrais – ITR dos Auditores Independentes. Os documentos supracitados estão à disposição para acesso público no *website* da área de Relações com Investidores da Sinop Energia, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

As Informações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2021 são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As informações do Comentário de Desempenho estão apresentadas em milhares, ou, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Para maiores informações sobre o desempenho financeiro da Sinop Energia, além daquelas apresentadas a seguir, recomenda-se a leitura em conjunto com as notas explicativas que acompanham as Informações Contábeis Intermediárias para o período de três meses findo em 31 de março de 2021.

Destaques do Período

- **Cumprimento dos Contratos de Fornecimento de Energia:** Todos os contratos de fornecimento de energia, tanto do Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) quanto do Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), foram integralmente atendidos. O volume total comercializado no período somou 491.934 MWh, sendo 479.579 MWh no ACR e 12.355 MWh no ACL, (496.729 MWh, sendo 484.237 MWh no ACR e 12.492 MWh no ACL em 31 de março de 2020).
- **Resultado Operacional:** A Companhia apresentou EBITDA positivo no montante de R\$ 32.892, (R\$ 45.751, em 31 de março de 2020). A redução está relacionada, principalmente, com o aumento de compras de energia elétrica no período, pelo motivo da degradação do Índice de Disponibilidade.
- **Investimentos:** A Companhia adicionou em seus ativos imobilizados o montante de R\$ R\$ 26.214 (R\$ 18.546, em 31 de março de 2020), dos quais, R\$ 6.017 são provisões adicionadas referentes à programas ambientais a serem realizados até o ano de 2026.
- **Retomada da Operação Comercial:** no dia 04 de janeiro de 2021, foi proferida decisão judicial pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, deferindo a concessão de efeitos suspensivos ao agravo de instrumento impetrado pela Companhia, até a reapreciação do provimento jurisdicional de urgência, autorizando a retomada das operações da UHE Sinop em caráter liminar. Assim, em 04 de janeiro de 2021, a Companhia encaminhou referida decisão judicial à SEMA-MT e, em seu cumprimento, adotou as medidas necessárias para a retomada da operação comercial da UHE Sinop em 05 de janeiro de 2021.

- **Cumprimento do Termo de Acordo – Ação Civil Pública:** a Companhia concluiu, em fevereiro de 2021, a instalação e início do funcionamento do Sistema de Repulsão de Peixes (Barreira Eletromagnética) a jusante da UHE Sinop, conforme estabelecido no Termo de Acordo homologado em 02/10/2019 no âmbito do Processo nº 1000543-12.2019.4.01.3603 (Ação Civil Pública) instaurado pelo Ministério Público Federal.
- **Assembleia Geral de Debenturistas:** realizada, em 11 de janeiro de 2021, a Assembleia Geral de Debenturistas (AGD), com a aprovação integral das deliberações propostas pela Companhia: aprovação da não declaração do vencimento antecipado da Emissão em razão do não envio, pela Companhia ao Agente Fiduciário, do 3º Aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária, devidamente registrado no Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro - RJ, Brasília - DF, Osasco - SP e Sinop – MT, no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua celebração, conforme Cláusula Terceira do referido aditivo, bem como a concessão do prazo adicional de 60 (sessenta) dias contados da presente data para o envio do referido aditivo, devidamente registrado nos Registros de Títulos e Documentos acima mencionados ao Agente Fiduciário.

Composição da Administração em 31 de março de 2021

Conselho de Administração

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Astrogildo Fraguiglia Quental <i>Presidente do Conselho de Administração</i>	Gilberto Tannús Elias <i>Membro Suplente</i>
Adriano Soares da Costa <i>Membro Efetivo</i>	Edinaldo Pereira de Lima <i>Membro Suplente</i>
Yann de Longchamps <i>Membro Efetivo</i>	Ricardo Barsotti <i>Membro Suplente</i>
Thierry Marc Rene Caillaud <i>Membro Efetivo</i>	Mariano Javier Gaio <i>Membro Suplente</i>

Conselho Fiscal

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Sérgio Carvalho Aguiar <i>Presidente do Conselho Fiscal</i>	Carlos Alberto Rizzo Hoeller <i>Membro Suplente</i>
Gustavo Loureiro Chagas <i>Membro Efetivo</i>	Marcello Nascimento Cabral da Costa <i>Membro Suplente</i>
Jenner Guimarães do Rêgo <i>Membro Efetivo</i>	Marcelo José dos Reis <i>Membro Suplente</i>

Diretoria Estatutária

Membro da Diretoria Estatutária	Cargo
Ricardo Murilo Padilha de Araújo	Diretor Presidente / Diretor para Assuntos Industriais, de Meio Ambiente e Fundiários
Vera Lúcia Rett Carreira	Diretora Administrativa e Financeira e de Relações com Investidores
Alessandro Camilo da Silva	Contador – CRCMT 005078

Indicadores Econômico-financeiros

Principais indicadores econômico-financeiros	Unidade	Variação			
				Absoluta	Em %
		1T21	1T20		
Energia Comercializada (ACR)	MWh	479.578	484.237	(4.659)	(1,0%)
Energia Comercializada (ACL)	MWh	12.355	12.492	(137)	(1,1%)
Receita líquida com venda de energia elétrica	R\$, mil	69.656	68.874	782	1,1%
Margem bruta	%	15,2%	36,0%	(20,8p.p.)	(57,7%)
(Prejuízo) Lucro do período	R\$, mil	(10.226)	1.714	(11.940)	(696,6%)
Margem líquida	%	(14,7%)	2,5%	(17,2p.p.)	(689,9%)
		31/03/2021	31/12/2020		
Investimentos	R\$, mil	26.214	76.391	(50.177)	(65,7%)
Endividamento	R\$, mil	1.400.886	1.400.708	178	0,0%
BNDES	R\$, mil	1.130.229	1.138.514	(8.285)	(0,7%)
Debêntures	R\$, mil	270.657	262.194	8.463	3,2%
Dívida líquida ¹	R\$, mil	1.243.013	1.230.907	12.106	1,0%
Índice de capital próprio (ICP) ²	%	50,8%	50,9%	0,1p.p.	(0,3%)
Índice de liquidez corrente (ILC) ³	índice	3,0	2,8	0,2	7,4%
Número de empregados próprios ⁴	Quantidade	46	47	(1)	(2,1%)
Lucro (Prejuízo) por ação	R\$	(0,00458)	0,04729	(0,05187)	(109,7%)
Quantidade de ações ⁵	mil	2.234.136	2.234.136	-	-

1. A dívida líquida é equivalente ao Endividamento menos o saldo de Caixa e equivalentes e Aplicações financeiras com resgate imediato.
2. Índice de Capital Próprio (ICP): Patrimônio líquido / Ativo total
3. Índice de liquidez corrente (ILC): Ativo circulante / Passivo circulante
4. Posição no final do período
5. Média ponderada de ações ordinárias.

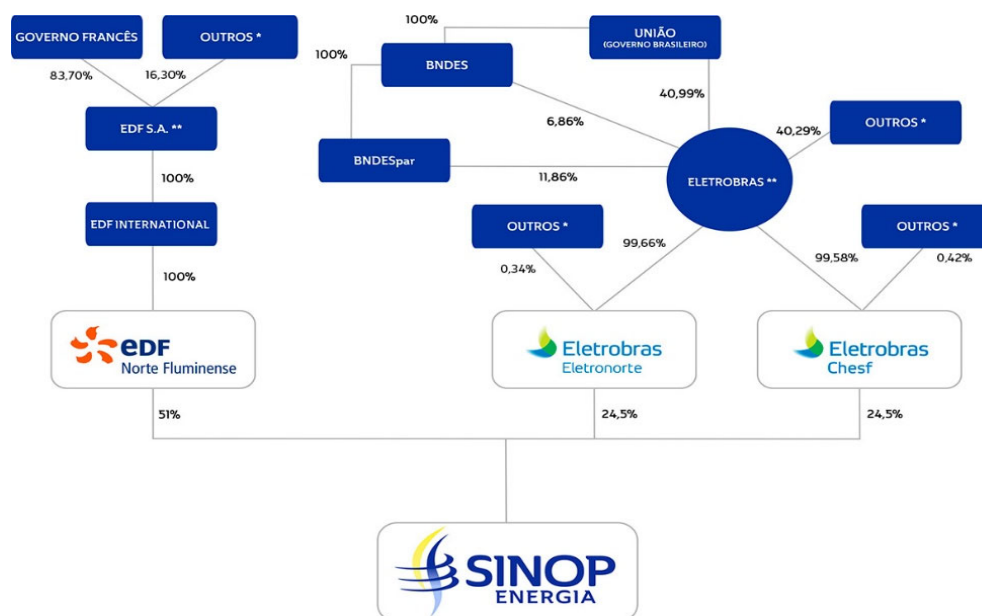
Sobre a Sinop Energia

Perfil Corporativo

Constituída em 2013, a Sinop Energia é uma sociedade de propósito específico e, portanto, tem como objeto social único, sendo a construção, manutenção e operação da Usina Hidrelétrica Sinop, incluindo a comercialização da energia gerada pela Usina. O Empreendimento é localizado no rio Teles Pires, nas divisas dos municípios de Cláudia (margem direita do rio) e Itaúba (margem esquerda do rio), estado de Mato Grosso. O projeto da UHE Sinop foi desenvolvido considerando o estudo de viabilidade da Usina de maneira que seus possíveis impactos sejam minimizados por uma série de programas socioambientais, constantes no Projeto Básico Ambiental.

O empreendimento conta com a longa e consolidada experiência de seus três acionistas, referências nacionais e internacionais no segmento de geração de energia: (a) Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (“EDFNF”) - membro do Grupo Electricité de France - EDF, com 51% de participação no capital social; (b) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“ELETRONORTE”), com 24,5%; e (c) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. (“CHESF”), também com 24,5%, sendo que a ELETRONORTE e CHESF são empresas controladas pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A (“Eletrobras”). Segue a estrutura acionária em 31 de março de 2021:

Estrutura Societária da Sinop Energia (em 31 de março de 2021)



* NÃO HÁ ACIONISTAS COM 10% OU MAIS DE PARTICIPAÇÃO
** LISTADA EM BOLSA DE VALORES

No Brasil, os acionistas operam empreendimentos de geração a partir de fontes convencionais, como termelétricas e, ainda, fontes de geração renováveis, tais como usinas hidrelétricas, usinas eólicas e energia solar, dentre outras.

Em 29 de agosto de 2013, a Companhia venceu o Leilão nº 006/2013 da ANEEL e, subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, celebrou o Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União, representada pelo Ministério de Minas e Energia, cujo objeto é a definição das condições para a exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. De acordo com o estipulado no 1º Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 19 de outubro de 2018, o prazo da concessão foi prorrogado para 26 de janeiro de 2050.

Informações Operacionais

A Usina Hidrelétrica Sinop tem potência instalada de 401,88 MW, com reservatório formado com área de inundação de 342,82 km² em seu Nível de Água Máximo Normal e Área de Preservação Permanente de 114,52 km², abrangendo parcialmente terras de cinco municípios: Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso, todos situados no estado de Mato Grosso. A geração de energia elétrica pela UHE Sinop atenderá o consumo de 1,6 milhão de pessoas, equivalente a 50% da população do estado de Mato Grosso.

A garantia física de energia da UHE Sinop foi fixada em 242,8 MW médios pelos termos da Portaria nº 2 emitida pela MME em 08 janeiro de 2018. A energia gerada pela UHE Sinop será comercializada de acordo com o quadro abaixo, sendo que 91,2% da Garantia Física está contratada:

Destinação da Energia Gerada pela UHE Sinop

Categoria/Mercado	Período Contratual de Suprimento	Sinal	Volume de Energia (MWmédios)
Garantia Física	Não aplicável	+	242,8
Ambiente de Contratação Regulada (A-5; 2013) <i>Contraparte: 34 Clientes Terceiros</i>	01/12/18 - 30/11/48	-	215,8
Ambiente de Contratação Livre <i>Contraparte: CHESF (acionista)</i>	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Ambiente de Contratação Livre <i>Contraparte: ELETRONORTE (acionista)</i>	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Energia Descontratada	Não aplicável	=	21,28

Valores Mobiliários da Companhia

Em 31 de março de 2021 e 2020, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 2.234.136, que compreendem 2.234.136.000 (dois bilhões, duzentos e trinta e quatro milhões, cento e trinta e sei mil) ações ordinárias nominativas (“Ações ON”) sem valor nominal. Para maiores detalhes, consultar Nota Explicativa nº 15.

Desempenho Econômico-Financeiro

EBITDA¹

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, a Companhia apresentou o EBITDA positivo de R\$ 32.892 (R\$ 45.71, em 31 de março de 2020).

O quadro abaixo, apresenta a conciliação entre o lucro líquido e o EBITDA e o EBITDA ajustado:

	1T21	1T20
(Prejuízo) Lucro no período	(10.226)	1.714
Imposto de renda e contribuição social diferido	(5.188)	900
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	28.309	27.364
Depreciação e amortização	25.402	22.976
(Reversão) provisões para redução ao valor recuperável - <i>Impairment</i> – Nota explicativa 11.a	(5.405)	(7.203)
EBITDA	32.892	45.751
(+/-) Itens não recorrentes – Nota explicativa 11.a	5.405	7.203
EBITDA Ajustado	38.297	52.954
Receita operacional líquida	69.656	68.874
Margem EBITDA Ajustado (%)	55,0%	76,9%

Custos com geração de energia elétrica

Os custos com geração de energia elétrica apresentaram um aumento de 33,9% no período de três meses findo em 31 de março de 2021 comparados com o período anterior.

Se desconsiderar a rubrica “Energia elétrica comprada para revenda”, em 2021, o aumento representa 9,9%, com o maior impacto no grupo de contas de serviços de terceiros (a).

	1T21	1T20	Var %
Depreciações e amortizações	(23.051)	(22.892)	0,7%
Energia elétrica comprada para revenda	(10.609)	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão - EUST	(10.379)	(9.945)	4,4%
Serviços de terceiros (a)	(6.719)	(3.335)	101,5%
Seguro de risco hidrológico	(6.013)	(5.821)	3,3%

¹ O EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Pessoal, encargos e benefícios (b)	(1.835)	(1.230)	49,2%
Outros	(239)	(446)	(46,4%)
Materiais	(195)	(401)	(51,4%)
Passagens e hospedagens	-	(7)	
Total	(59.040)	(44.077)	33,9%

Serviços de terceiros (a)

Os custos com os serviços de terceiros apresentaram um aumento de 101,5% no período de três meses findo em 31 de março de 2021 comparados com o período anterior, representados significativamente em valores absolutos pelas rubricas “Assessoria e consultoria de O&M” e “Programas ambientais - Opex”.

Na rubrica de “Assessoria e consultoria de O&M” fora contabilizado R\$ 2.500 referente a representação de contencioso judicial.

Na rubrica de “Programas ambientais – OPEX”, fora reconhecido os gastos com STP (Sistema de Transposição de Peixes) demandadas pela SEMA a partir de janeiro de 2021.

A rubrica “Compartilhamento de infraestrutura” a partir de janeiro de 2021, fora transferida para a rubrica “Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST”.

	1T21	1T20	Var %
Assessoria e consultoria de O&M	(4.778)	(2.791)	71,2%
Programas ambientais – OPEX	(1.186)	(283)	319,1%
Monitoramento e vigilância	(257)	(84)	206,0%
Compartilhamento de infraestrutura	-	(83)	(100,0%)
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(455)	(63)	622,2%
Transportes	(22)	(29)	(21,4%)
Outros	(21)	(3)	600,0%
Total	(6.719)	(3.335)	101,5%

Custos com pessoal, encargos e benefícios (b)

Os custos com remuneração de pessoal, encargos e benefícios apresentaram um aumento de 49,2% no período de três meses findo em 31 de março de 2021 comparados com o período anterior. O número de funcionários em 31 de março de 2021 foi de 21, comparado com 07 funcionários na mesma data do ano anterior.

A variação da rubrica de “Encargos trabalhistas” são impactos dos encargos sobre rescisões do período.

	1T21	1T20	Var %
Remuneração de empregados	(999)	(1.062)	(5,9%)
Encargos trabalhistas	(709)	(102)	595,1%
Benefícios a empregados	(127)	(66)	92,4%
Total	(1.835)	(1.230)	49,2%

Despesas gerais e administrativas

Os gastos deste grupo de contas apresentaram uma redução de 22,1% no período de três meses findo em 31 de março de 2021 comparados com o período anterior, representadas pelas rubricas de “Pessoal, encargos e benefícios” e “Serviços de terceiros”

	1T21	1T20	Var %
Pessoal, encargos e benefícios (c)	(1.658)	(1.706)	(2,8%)
Serviços de terceiros (d)	(1.175)	(1.570)	(25,2%)
Arrendamentos e aluguéis	(94)	(366)	(74,3%)
Outros	(63)	(161)	(60,9%)
Litígios trabalhistas	(61)	(44)	(38,6%)
Depreciações e amortizações	(53)	(85)	(37,6%)
Passagens e hospedagens	(28)	(61)	(54,1%)
Materiais	(21)	(52)	(59,6%)
Total	(3.153)	(4.045)	(22,1%)

Despesas com pessoal, encargos e benefícios (c)

As despesas com remuneração de pessoal, encargos e benefícios apresentaram redução de 2,8% no período de três meses findo em 31 de março de 2021 comparadas com o período anterior; o número de funcionários em 31 de março de 2021 foi de 17, comparado com 16 funcionários na mesma data do ano anterior.

	1T21	1T20	Var %
Remuneração de empregados	(718)	(878)	(18,2%)
Encargos trabalhistas	(425)	(390)	9,0%
Benefícios a empregados	(515)	(438)	17,6%
Total	(1.658)	(1.706)	(2,8%)

Serviços de terceiros administrativos e gerais (d)

Os gastos deste grupo de contas apresentaram redução de 25,2% no período de três meses findo em 31 de março de 2021 comparadas com o período anterior, representados significativamente pelas rubricas “Consultorias, honorários advocatícios e contábeis” e “Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP”.

	1T21	1T20	Var %
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(850)	(902)	(5,8%)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(154)	(300)	(48,7%)
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(61)	(117)	(47,9%)
Outros	(46)	(215)	(78,6%)
Monitoramento e vigilância	(46)	(35)	(31,4%)
Transportes	(18)	(1)	1.700,0%
Total	(1.175)	(1.570)	(25,2%)

Endividamento Líquido e Indicadores de Alavancagem e Liquidez

Evolução dos principais indicadores de alavancagem e liquidez no período.

	31/03/2021	31/12/2020
Financiamento BNDES¹	1.130.229	1.138.514
Circulante	34.266	33.136
Não Circulante	1.095.963	1.105.378
Debêntures¹	270.657	262.194
Circulante	3.559	3.540
Não Circulante	267.098	258.654
Endividamento bruto	1.400.886	1.400.708
(-) Caixa e equivalentes de caixa ²	157.873	169.801
Endividamento líquido	1.243.013	1.230.907
Patrimônio líquido	1.569.494	1.579.720
Grau de alavancagem³	44,2%	43,8%
Patrimônio líquido	1.569.494	1.579.720
Ativo total	3.090.768	3.101.863
Índice de capital próprio⁴	0,508	0,509
Ativo circulante	228.587	241.595
Passivo circulante	75.069	85.202
Índice de liquidez corrente⁵	3,8	2,8

- 1) O valor apresentado acima e no balanço patrimonial foi contabilizado de acordo com CPC 20.
- 2) As aplicações financeiras são resgatáveis em qualquer momento sem redução do valor pactuado.
- 3) Endividamento líquido / (Endividamento líquido + Patrimônio líquido)
- 4) Patrimônio líquido / Ativo total
- 5) Ativo circulante / Passivo circulante

Implantação do Empreendimento e Ações Socioambientais

Após a conclusão, em novembro de 2020, das obras de construção da nova parede anti-refluxo à jusante do empreendimento, a qual necessitou a paralisação de ativos essenciais à operação do Projeto, incluindo a paralisação das duas Unidades Geradoras (UGs), a UHE Sinop permaneceu o 1º trimestre de 2021 em pleno funcionamento, sem a ocorrência de paradas programadas e/ou forçadas significativas, desde a retomada da operação em 05 de janeiro de 2021. No período, deu-se continuidade às atividades de finalização das obras civis e acabamentos da UHE Sinop e resolução das pendências eletromecânicas.

Ainda, foram realizadas as obras de ancoragem nas margens esquerda e direita do rio Teles Pires, para a instalação do Sistema de Repulsão de Peixes (Barreira Eletromagnética), a jusante do barramento da UHE Sinop, cujo término da implantação ocorreu em fevereiro de 2021, possibilitando o funcionamento do Sistema, em atendimento ao Termo de Acordo homologado em 02 de outubro de 2019 no âmbito do Processo nº 1000543-12.2019.4.01.3603 (Ação Civil Pública) instaurado pelo Ministério Público Federal.

Ao longo dos meses de janeiro a março de 2021, a Companhia procedeu com as ações afetas à prevenção e combate ao Covid-19, através de recursos associados ao subcrédito D do Contrato de Financiamento do BNDES, sendo realizadas doações de cestas básicas e equipamentos de saúde às secretarias e prefeituras municipais, bem como outras instituições de apoio social.

Os demais programas ambientais estabelecidos no processo de licenciamento ambiental para a Etapa de Operação do empreendimento permanecem sendo realizados em conformidade com o cronograma definido junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT), com destaque para o avanço das ações vinculadas ao Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, inclusive com a recuperação de 82% das áreas arrendadas do canteiro de obras e início do reflorestamento das Áreas de Preservação Permanente – APP no entorno do reservatório.

Declaração sobre serviços prestados pelos Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM no 381 de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), firmado em 23 de abril de 2021, para a emissão do relatório de auditoria sobre as Demonstrações Financeiras do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 e os relatórios de sobre as Informações Contábeis Intermediárias contemplando os balanços patrimoniais em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021. A KPMG presta serviços apenas dedicados às revisões trimestrais e auditoria anual. Esclarecemos que a Companhia adere aos seguintes princípios quanto à contratação do auditor independente: (i) o auditor não realiza auditoria do seu próprio trabalho/relatório; (ii) o auditor não exerce funções gerenciais na Companhia; e (iii) o auditor não promove ou representa os interesses da Sinop Energia.

As informações contábeis aqui apresentadas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Declarações da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“ICVM 480”), os Diretores declaram que discutiram, reviram e concordaram com as Informações Contábeis Intermediárias referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, respectivamente, e com a conclusão expressa no Relatório Especial de Auditoria da KPMG Auditores Independentes referente às mesmas.

Agradecimentos

Seguimos comprometidos com os compromissos assumidos com a comunidade, poder público, credores e acionistas, realizando as obras necessárias para maior segurança e a preservação do patrimônio da Sinop Energia. Mantemos rígidos protocolos de saúde e sanitários para o combate da COVID-19, contemplando testagem dos funcionários e todos os terceiros contratados da UHE Sinop e adotando o sistema de teletrabalho (home office) e horários flexíveis aos colaboradores administrativos. Também nesse período em parceria com o BNDES realizamos a entrega de 1 (um) equipamento para auxílio aos exames de PCR's, 1 (uma) impressora e 12 (doze) cilindros de oxigênio, o que tem ajudado a minimizar as dificuldades trazidas pela pandemia. Buscamos constantemente aumentar o nível de segurança da nossa operação, investindo em treinamento e desenvolvimento de pessoas, o que representa mais uma manifestação do nosso compromisso.

Por fim, agradecemos a todos nossos acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores e parceiros pelo apoio e confiança.

Diretoria da Sinop Energia



KPMG Auditores Independentes
Passeio das Castanheiras, 431 - Salas 407 a 411
Condomínio Tríade - Torre Nova York - Parque Faber Castell
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708 - CEP 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 2106-6700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselho de Administração e aos Diretores da
Companhia Energética Sinop S.A.
Sinop - MT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética Sinop S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Carlos-SP, 07 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027611/F

Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

Companhia Energética Sinop S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2021	31/12/2020		Nota	31/03/2021	31/12/2020
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	157.873	169.801	Fornecedores	10	23.539	29.689
Contas a receber	4	35.884	34.998	Tributos e contribuições a recolher		3.273	3.395
Estoques		7.947	7.682	Obrigações trabalhistas		1.475	1.384
Tributos e contribuições a recuperar	5	24.514	25.660	Obrigações setoriais		2.386	406
Adiantamentos		1.947	3.065	Financiamento BNDES	11	34.266	33.136
Despesas antecipadas		422	389	Debêntures	12	3.559	3.540
Total do ativo circulante		228.587	241.595	Uso do bem público	9(i)	1.861	2.260
Não Circulante				Provisões sócioambientais	13	4.600	11.362
Outro ativos		924	537	Outros passivos circulantes		110	30
Tributos e contribuições a recuperar	5	17.171	18.536	Total do passivo circulante		75.069	85.202
Fundos vinculados	6	77.381	77.373	Não Circulante			
Ativo fiscal diferido	7	336.659	331.471	Financiamento BNDES	11	1.095.963	1.105.378
Total do realizável a longo prazo		432.135	427.917	Debêntures	12	267.098	258.654
Imobilizado	8	2.398.746	2.402.584	Obrigações setoriais		2.505	2.202
Intangível	9	31.300	29.767	Uso do bem público	9(i)	29.558	27.616
Total do ativo não circulante		2.862.181	2.860.268	Provisões sócioambientais	13	50.544	42.567
				Provisões para contingências	14	537	524
				Total do passivo não circulante		1.446.205	1.436.941
				Patrimônio Líquido			
				Capital social	15	2.234.136	2.234.136
				Prejuízos acumulados	15	(664.642)	(654.416)
				Total do patrimônio líquido		1.569.494	1.579.720
				Total do passivo		1.521.274	1.522.143
Total do ativo		3.090.768	3.101.863	Total do passivo e do patrimônio líquido		3.090.768	3.101.863

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do resultado
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

		<u>Períodos de três meses findos</u>	
	Nota	31/03/2021	31/03/2020
Receita de vendas			
Receita líquida com venda de energia elétrica	16	69.656	68.874
Outras receitas		27	-
Custos com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	17	(16.622)	(5.821)
Encargos de uso do sistema de transmissão	18	(10.379)	(9.945)
Outros custos com geração de energia elétrica	19	<u>(32.039)</u>	<u>(28.311)</u>
Lucro bruto		<u>10.643</u>	<u>24.797</u>
Despesas gerais administrativas	20	(3.153)	(4.045)
Reversão para redução ao valor recuperável - <i>Impairment</i>	8	5.405	7.203
Reversão para perdas estimadas		-	2.023
Resultado antes do resultado financeiro		<u>12.895</u>	<u>29.978</u>
Receitas financeiras	21	938	2.121
Despesas financeiras	21	<u>(29.247)</u>	<u>(29.485)</u>
Resultado financeiro	21	<u>(28.309)</u>	<u>(27.364)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(15.414)</u>	<u>2.614</u>
Contribuição social diferida	7	1.372	(240)
Imposto de renda diferido	7	<u>3.816</u>	<u>(660)</u>
(Prejuízo) lucro líquido do período		<u>(10.226)</u>	<u>1.714</u>
(Prejuízo) lucro líquido básico/diluído por ação - R\$		(0,00458)	0,00077

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias

-

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	<u>Períodos de três meses findos</u>	
	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
(Prejuízo) lucro líquido do período	(10.226)	1.714
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>(10.226)</u>	<u>1.714</u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias

-

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019		<u>2.234.136</u>	<u>(760.063)</u>	<u>1.474.073</u>
Lucro líquido do período		<u>-</u>	<u>1.714</u>	<u>1.714</u>
Saldo em 31 de março de 2020	15	<u><u>2.234.136</u></u>	<u><u>(758.349)</u></u>	<u><u>1.475.787</u></u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020		<u>2.234.136</u>	<u>(654.416)</u>	<u>1.579.720</u>
Prejuízo do período		<u>-</u>	<u>(10.226)</u>	<u>(10.226)</u>
Saldo em 31 de março de 2021	15	<u><u>2.234.136</u></u>	<u><u>(664.642)</u></u>	<u><u>1.569.494</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota <u>Períodos de três meses findos</u>	
	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) lucro do exercício antes dos impostos	(15.414)	2.614
Encargos da dívida	28.488	21.772
Provisões (venda de energia, rendimentos de aplicações financeiras e contingências passivas)	(4.891)	(22.810)
Depreciação e amortização	25.402	22.976
	<u>33.585</u>	<u>24.552</u>
Variações no ativo		
Adiantamentos	1.118	80
Tributos e contribuições a recuperar	2.511	2.849
Títulos e créditos a receber	(886)	33.784
Despesas antecipadas	(33)	280
Estoques	(265)	(825)
	<u>2.445</u>	<u>36.168</u>
Variações no passivo		
Fornecedores	(16.920)	(8.408)
Tributos e contribuições a recolher	(122)	2.327
Obrigações trabalhistas	91	248
Encargos setoriais	1.883	(11.588)
Uso do bem público	(565)	(543)
Outros passivos	80	2
	<u>(15.553)</u>	<u>(17.962)</u>
Juros pagos na liquidação da dívida com o BNDES	11 (20.338)	(21.826)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>139</u>	<u>20.932</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adição de imobilizado	26 (3.599)	(6.729)
Depósitos vinculados	(8)	82.512
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimento	<u>(3.607)</u>	<u>75.783</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação da dívida com o BNDES (principal)	11 (8.460)	(6.937)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(8.460)</u>	<u>(6.937)</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(11.928)</u>	<u>89.778</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	169.801	85.459
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	157.873	175.237
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(11.928)</u>	<u>89.778</u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do valor adicionado
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Períodos de três meses findos	
	31/03/2021	31/03/2020
1 – Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	80.610	78.306
Outras receitas	27	-
	80.637	78.306
2 - Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(39.339)	(18.583)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.279)	(6.028)
Perda/Recuperação de valores ativos	5.405	9.226
Outras (Contingências trabalhistas)	(61)	(45)
	(35.274)	(15.430)
3 - Valor adicionado bruto	45.363	62.876
4 - Retenções		
Depreciação, amortização e exaustão	(25.402)	(22.976)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade	19.961	39.900
6 - Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	938	2.121
	938	2.121
7 - Valor adicionado total	20.899	42.021
8 - Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	2.630	2.314
Benefícios	712	504
FGTS	151	118
	3.493	2.936
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(1.715)	7.514
Estaduais	5	6
	(1.710)	7.520
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras	29.247	29.485
Aluguéis	95	366
	29.342	29.851
Remuneração de capitais próprios		
Resultado do período	(10.226)	1.714
	(10.226)	1.714
Valor adicionado total	20.899	42.021

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias

- -

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Companhia” ou “Sinop Energia”) é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital aberto, categoria “B”, constituída em 28 de outubro de 2013. Em 11 de dezembro de 2014, a Companhia teve seu controle acionário alterado, com o ingresso da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. O controle é exercido de forma compartilhada nos termos do Acordo de Acionista (Acordo), do qual todos os acionistas fazem parte (Nota Explicativa nº 15), respeitando os termos do art. 118 da Lei nº 6.404/76.

A Sinop Energia tem como objeto social único e exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e comercialização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Sinop (“UHE” ou “UHE Sinop” ou “Usina” ou “Empreendimento”), sendo-lhe vedado participar do capital de qualquer outra sociedade. A sede da Companhia localiza-se na Cidade de Sinop, no Estado de Mato Grosso, no Jardim Botânico, Av. dos Flamboyants, 684, e a Usina está implantada no rio Teles Pires, estado de Mato Grosso, com potência instalada de 401,88 MW e reservatório com área de inundação de 342,82 km² em seu Nível de Água (NA) Máximo Normal (302,00 metros) e Área de Preservação Permanente (APP) de 114,52 km², abrangendo parcialmente terras de cinco municípios – Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso, no estado de Mato Grosso. O eixo da barragem situa-se entre os municípios de Cláudia e Itaúba, no Estado de Mato Grosso.

A Sinop Energia observa as normas específicas para geradores de energia estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL ou Agência Reguladora) e pelo Ministério de Minas e Energia (MME ou Poder Concedente) e cabe ao Governo Federal, através da atuação da Agência Reguladora e do Poder Concedente, regular e fiscalizar as atividades da Companhia. A concessão para a operação e a implantação do Empreendimento foi estabelecida a partir do Leilão nº 006/2013 da ANEEL, realizado em 29 de agosto de 2013. Subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do Ministério de Minas e Energia para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos, a partir da assinatura do referido contrato, tendo em vista a sua condição de produtor independente de energia elétrica.

Após conclusão do enchimento, a Sinop Energia realizou as tratativas com o órgão ambiental, sendo que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MT emitiu, em 28 de junho de 2019, o Ofício nº 145163/SUIMIS/2019 aprovando a realização dos primeiros testes de forma assistida. Da mesma forma, a ANEEL emitiu os Despachos nº 1829 e 1960, autorizando o início da operação em teste das Unidades Geradoras UG2 e UG1, respectivamente. Assim, no dia 11 de agosto de 2019 foi realizado o 1º sincronismo da UG2. No dia 20 de agosto de 2019, a SEMA/MT emitiu a Licença de Operação nº 320138/2019, fundamentada no Parecer Técnico nº 128346/CLEIA/SUIMIS/2019, com validade até 18 de agosto 2024. Após a conclusão dos testes de comissionamento eletromecânico e emissão da Declaração de atendimento aos requisitos dos procedimentos de rede (DAPR/D) pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para a Unidade Geradora (UG) 02 no dia 12 de setembro de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2561 em 16 de setembro de 2019, o qual liberou a unidade geradora UG2 para início da operação comercial. Assim, o início da geração comercial da UG2 iniciou-se em 17 de setembro de 2019.

Para a UG1, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) emitiu a Declaração de Atendimento aos requisitos dos Procedimentos de Rede (DAPR/P) em 14 de outubro de 2019 e, posteriormente, em 17 de outubro de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2.854, o qual libera a unidade geradora UG1 para início da operação comercial. Assim, o início da geração comercial da UG1 da UHE Sinop ocorreu em 18 de outubro de 2019.

Aspectos relacionados ao COVID-19

a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. Os governos, nos cinco continentes, passaram a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus e estimulando financeiramente seus mercados internos, afim de superar os danos que uma potencial recessão possa provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

b) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

Com o objetivo de contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade, a Companhia destinará aproximadamente R\$ 4.200 mil em projetos associados a prevenção e combate do novo Coronavírus (COVID-19), oriundos de recursos do BNDES, Subcrédito “D”, aprovados em 13 de abril de 2020. A Companhia já realizou R\$ 152 no primeiro trimestre de 2021 (R\$ 1.001, durante o exercício de 2020) no combate a esta pandemia.

c) Impacto nas informações contábeis intermediárias

Em 31 de março de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de:

- (i) desempenho da demanda de energia elétrica no mercado regulado; e
- (ii) nos níveis de inadimplência das Companhias reguladas.

Conforme análise da Administração, os possíveis impactos do COVID-19 para o 1º trimestre de 2021 foram baseados nas melhores estimativas da Administração a partir da declaração do estado de calamidade pública pelo Governo Federal e, conforme análises da Administração, para o setor de geração de energia ainda não existem impactos relevantes. Esses eventos poderão afetar temporariamente o resultado do negócio em 2021, porém, caso isto ocorra, haverá gradualmente um retorno previsível ao normal, de modo que não se espera que isso afete significativamente a recuperabilidade dos investimentos. Até a data de emissão deste relatório não foi identificado impactos materiais para a Companhia.

d) Medidas adotada pela Companhia

A Companhia além fazer os acompanhamentos periódicos dos colaboradores com testes rápidos, implementou as rotinas massivas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais, também adotou o sistema de teletrabalho (home office) e horários flexíveis para mais de 90% (noventa por cento) dos colaboradores com funções administrativas.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board* (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, e devem ser lidas em conjunto com tais documentações. As informações das notas explicativas que não tiveram alterações significativas ou aquelas que apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2020 não foram repetidas integralmente nestas informações contábeis intermediárias. Entretanto, informações foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas, possibilitando o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivo, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

A emissão destas informações contábeis intermediárias foi autorizado pela Diretoria da Companhia em 07 de maio de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e estas informações contábeis intermediárias estão apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2021	31/12/2020
Fundo fixo de caixa	2	2
Conta corrente:		
- Banco Bradesco S.A.	1.519	443
- Banco Itaú Unibanco S.A.	497	37
- Banco ABC S.A.	1	1
Aplicações financeiras:		
- Banco do Brasil S.A. (i)	155.854	169.318
	157.873	169.801

- (i) CDB do Banco do Brasil com taxa de remuneração realizada no período findo em 31 de março de 2021 de 96% do CDI (idêntico em 31 de dezembro de 2020).

O caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa e depósitos bancários à vista e são utilizados para pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia e não possuem restrição de uso.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 23.

4 Contas a receber

	Vincendos	31/03/2021 Vencidos até 30 dias	Total	31/12/2020
Contas a receber de clientes (i)	35.086	2	35.088	34.202
Partes relacionadas (ii)	796	-	796	796
	<u>35.882</u>	<u>2</u>	<u>35.884</u>	<u>34.998</u>

- (i) Referem-se, substancialmente:
 (a) venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) R\$ 35.086 (R\$ 34.200, em 31 de dezembro de 2020);
 (b) outras contas a receber de R\$ 2 (R\$ 2, em 31 de dezembro de 2020).
- (ii) Venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL) à partes relacionadas R\$ 796 (R\$ 796, em 31 de dezembro de 2020). Nota explicativa nº 22.

5 Tributos e contribuições a recuperar

Circulante	31/03/2021	31/12/2020
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (i)	20.141	21.106
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar (i)	4.373	4.554
	24.514	25.660
Não circulante	31/03/2021	31/12/2020
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (i)	6.339	7.558
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar (i)	1.366	1.670
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras (ii)	9.103	8.945
Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços (ICMS) antecipado	345	345
Imposto de Renda a recuperar	18	18
	17.171	18.536
	41.685	44.196

- (i) A Companhia, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.833/03, credita-se do PIS e da COFINS não cumulativos referentes aos serviços prestados na área de meio ambiente (nas atividades da área de engenharia não há créditos de PIS e COFINS em função do benefício do REIDI que determina a isenção de tais tributos sobre os valores dos materiais e serviços contratados, até 31 de outubro de 2019), faturas de energia elétrica, locações e depreciação acumulada. Adicionalmente, a Companhia possui expectativa de gerar R\$ 29.447 de PIS e COFINS a pagar, de acordo com a projeção de faturamento para o próximo ano, atrelado a sua capacidade de produção de MWm 221,52 e MWh 1.940.737.
- (ii) Saldo de Imposto de Renda sobre os valores resgatados das aplicações financeiras referentes aos aportes dos acionistas, recursos obtidos junto ao BNDES, recursos obtidos com a segunda emissão de debêntures e das operações comerciais.

6 Fundos vinculados

	31/03/2021	31/12/2020
(i) Referentes aos empréstimos BNDES		
Conta reserva	30.745	30.629
Conta centralizadora	9.574	9.674
	40.318	40.303
(ii) Referentes às debêntures		
Conta reserva	13.236	13.190
Reserva adicional	13.236	13.190
Conta de pagamento	10.591	10.690
	37.063	37.069
	77.381	77.373

- (i) Referentes aos empréstimos BNDES.

Na conta centralizadora, cuja movimentação é realizada exclusivamente pelo banco administrador (Bradesco), são depositados todos os recursos provenientes dos direitos cedidos previstos no contrato de financiamento com o BNDES, sendo que esses direitos são compartilhados com os detentores das debêntures da segunda emissão da Companhia.

Conta reserva

A conta reserva do financiamento deve ser composta por 3 (três) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida a partir de 15 de julho de 2018 e será mantida até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas, conforme estabelecido no Contrato de Financiamento com o BNDES, Cláusula Décima, “Garantias da Operação, item II - Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes da Concessão e dos Direitos Creditórios”.

Conta reserva adicional (*)

A conta reserva adicional é composta por 9 (nove) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida até 15 de julho de 2019. O financiamento celebrado com o BNDES é objeto da Nota Explicativa nº 11.

Em 14 de janeiro de 2020, o BNDES deliberou pela substituição da Conta Reserva Adicional por carta de fiança bancária, no valor de R\$ 90.900, vigente até 30 de dezembro de 2021, dessa forma, em janeiro de 2020, o valor de R\$ 88.598 vinculado na conta corrente junto ao Banco do Bradesco, foi liberado para movimento em conta corrente.

(ii) Referentes às debêntures

Conta reserva

A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a, no mínimo, 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de junho de 2019.

Conta reserva adicional

A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de julho de 2019, caso a Companhia apresente um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 6.

Conta pagamento

Deverá ser transferido da conta centralizadora para a Conta Pagamento o valor mensal das debêntures: (i) até 30 (trinta) de junho de 2020, a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures e o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de amortização das debêntures, até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures; (ii) após 30 (trinta) de junho de 2020, (ii.1) a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela de juros das debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures, (ii.2) a partir do período de 12 (doze) meses anteriores ao vencimento da parcela de amortização das debêntures, o valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da parcela de amortização das debêntures; até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures.

7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Créditos tributários

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores-base:

	Alíquota	31/03/2021	31/12/2020
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social		(378.966)	(358.209)
Imposto de renda diferido	25%	94.234	89.039
Contribuição social diferida	9%	33.904	32.036
		128.138	121.075
Provisão de <i>Impairment</i>		(618.748)	(624.253)
Imposto de renda diferido	25%	153.324	154.703
Contribuição social diferida	9%	55.197	55.693
		208.521	210.396
Total de prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias		(997.814)	(982.462)
Imposto de renda diferido	25%	247.558	243.742
Contribuição social diferida	9%	89.101	87.729
		336.659	331.471

Com base na expectativa de lucros tributáveis futuros, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição diferidos, conforme demonstrados a seguir:

b. Movimentação do ativo fiscal diferido

Saldo em 1º de janeiro de 2020	385.996
Reconhecimento no exercício	27.939
Reversão de provisão	(82.464)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	331.471
Reconhecimento no período	7.063
Reversão de provisão no período	(1.875)
Saldo em 31 de março de 2021	336.659

Demonstrativo de base de cálculo

	31/03/2021 IR e CSLL	31/03/2020 IR e CSLL
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(15.414)	2.614
Efeito das adições e exclusões no cálculo do tributo	(5.343)	(7.151)
Adições	62	52
Exclusões	(5.405)	(7.203)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	(20.757)	(4.537)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos no período	7.057	1.543
Outros	(6)	(5)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	7.063	1.548
Reversão de diferenças temporárias – <i>Impairment</i> (Nota Explicativa nº 8)	(1.838)	(2.443)
Outros	(31)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	5.188	(900)
Contribuição social diferida	1.372	(240)
Imposto de renda diferido	3.816	(660)
	5.188	(900)
Alíquota efetiva	25%	19,8%

Expectativa de realização do crédito tributário

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras e suportadas pelas premissas do Plano de Negócios aprovadas pela Administração. Apresentamos, a seguir, a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a base de cálculo negativa, em 31 de março de 2021:

Exercícios	Total
2025	1.233
2026	7.213
2027	9.364
2028	11.455
2029	15.191
Acima de 2030	292.203
Total	336.659

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Por ser o segundo ano das operações a Companhia não possui histórico de lucros, todavia, iniciou as operações no segundo semestre de 2019 nos termos do seu plano de negócio e possui contratos firmados para a parcela substancial da energia a ser gerada ao longo do contrato de concessão.

8 Imobilizado

Movimentação do período findo em 31 de março de 2021 – (3 meses)

Geração	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31/03/2021
Em curso						
Terrenos	384	-	-	-	-	384
Edificações, obras e benfeitorias a ratear	275	-	-	-	-	275
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear	105.435	21.327	-	(6.329)	-	120.433
Adiantamentos a fornecedores	(ii) 610	66	-	(34)	-	642
	106.704	21.393	-	(6.363)	-	121.734
Terrenos a pagar	(iii) 827	-	-	-	-	827
Medições	(iii) 4.378	4.773	-	(2.645)	-	6.506
Subtotal - Geração em curso	111.909	26.166	-	(9.008)	-	129.067
Em serviço						
Veículos	752	-	-	-	-	752
Terrenos	392.415	-	-	-	-	392.415
Reservatórios	1.863.507	-	-	-	-	1.863.507
Edificações	490.318	-	-	-	-	490.318
Máquinas e equipamentos	266.041	7	-	-	-	266.048
Móveis e utensílios	928	-	-	-	-	928
(-) Depreciação acumulada - Veículos	(v) (142)	-	(25)	-	-	(167)
(-) Depreciação acumulada - Terrenos	(v) (16.215)	-	(3.144)	-	-	(19.359)
(-) Depreciação acumulada - Reservatórios	(v) (77.049)	-	(14.937)	-	-	(91.986)
(-) Depreciação acumulada - Edificações	(v) (20.463)	-	(3.966)	-	-	(24.429)
(-) Depreciação acumulada - Máquinas e Equipamentos	(v) (12.465)	-	(2.407)	-	-	(14.872)
(-) Depreciação acumulada - Móveis e Utensílios	(v) (74)	-	(14)	-	-	(88)
Subtotal - Geração em serviço	2.887.552	7	(24.493)	-	-	2.863.134
Total - Geração	2.999.461	26.173	(24.493)	(9.008)	-	2.992.134
Sistema de transmissão de conexão						
Em serviço	34.120	-	-	-	-	34.120
(-) Depreciação acumulada	(v) (1.460)	-	(282)	-	-	(1.742)
Total - Sistema de transmissão de conexão	32.660	-	(282)	-	-	32.378

Administração						
Em serviço	1.978	41	-	-	-	2.019
(-) Depreciação acumulada	1.578	-	(52)	-	-	(1.630)
Total - Administração	400	41	(52)	-	-	389
Total - Imobilizado	3.032.521	26.214	(24.827)	(9.008)	-	3.024.901
(-) Provisão para redução do valor recuperável	(624.202)	-	-	5.405	-	(618.797)
(-) AVP - Atualização a valor presente (*)	(5.735)	-	-	(1.623)	-	(7.358)
Total - Imobilizado líquido	2.402.584	26.214	(24.827)	(5.226)	-	2.398.746

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências /Unitização (a)	Saldo em 31/12/2020
Geração						
Em curso						
Terrenos	392.251	574	-	-	(392.441)	384
Edificações, obras e benfeitorias a ratear	1.444.955	1.835	-	-	(1.446.515)	275
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear	538.784	65.219	-	(7.432)	(491.136)	105.435
Máquinas e equipamentos a ratear	342.617	2.617	-	-	(345.234)	-
Veículos	451	-	-	-	(451)	-
Estudos de projetos a ratear	(i) 23.574	-	-	-	(23.574)	-
Adiantamentos a fornecedores	(ii) 1.257	923	-	(1.570)	-	610
	2.743.889	71.168	-	(9.002)	(2.699.351)	106.704
Terrenos a pagar	(iii) 1.436	28	-	(637)	-	827
Medições	(iii) 8.085	3.834	-	(7.541)	-	4.378
Juros capitalizados	(iv) 346.131	-	-	-	(346.131)	-
Subtotal - Geração em curso	3.099.541	75.030	-	(17.180)	(3.045.482)	111.909
Em serviço						
Veículos	253	48	-	-	451	752
Terrenos	-	-	-	-	392.415	392.415
Reservatórios	-	-	-	-	1.863.507	1.863.507
Edificações	-	-	-	-	490.318	490.318
Máquinas e equipamentos	1.626	622	-	-	263.793	2.660.041
Móveis e utensílios	50	-	-	-	878	928
(-) Depreciação acumulada - Veículos	(v) (22)	-	(120)	-	-	(142)
(-) Depreciação acumulada - Terrenos	(v) -	-	(16.215)	-	-	(16.215)
(-) Depreciação acumulada - Reservatórios	(v) -	-	(77.049)	-	-	(77.049)
(-) Depreciação acumulada - Edificações	(v) -	-	(20.463)	-	-	(20.463)
(-) Depreciação acumulada - Máquinas e Equipamentos	(v) (52)	-	(12.413)	-	-	(12.465)
(-) Depreciação acumulada - Móveis e Utensílios	(v) (2)	-	(72)	-	-	(74)
Reversão da provisão de depreciação	(v) (22.149)	-	22.149	-	-	-
Subtotal - Geração em serviço	(20.296)	669	(104.183)	-	3.011.362	2.863.067
Total - Geração	3.079.245	75.699	(104.183)	(17.180)	(34.120)	2.999.461
Sistema de transmissão de conexão						
Em serviço	-	-	-	-	34.120	34.120
(-) Depreciação acumulada	(v) -	-	(1.460)	-	-	(1.460)
Total - Sistema de transmissão de conexão	-	-	(1.460)	-	34.120	32.660
Administração						
Em serviço	1.286	692	-	-	-	1.978
(-) Depreciação acumulada	(976)	-	(602)	-	-	(1.578)
Total - Administração	310	692	(602)	-	-	400
Total - Imobilizado	3.079.555	76.391	(106.245)	(17.180)	-	3.032.521
(-) Provisão para redução do valor recuperável	(866.742)	-	-	242.540	-	(624.202)
(-) AVP - Atualização a valor presente (*)	(8.550)	-	-	2.815	-	(5.735)
Total - Imobilizado líquido	2.204.263	76.391	(106.245)	228.175	-	2.402.584

(a) Em 31 de agosto de 2020, a Companhia transferiu do "Ativo em Curso" para o "Ativo em serviço" o valor de R\$ 3.045.481, através do procedimento de unitização.

(*) Atualização do valor presente referente as provisões socioambientais a taxa média do IPCA médio de 3,2% a.a. relativo aos anos de 2022 a 2026 (3,3% a.a. em 31 de dezembro de 2020)

A Companhia é vedada de alienar ou ceder, a qualquer título, sem a prévia e expressa autorização da ANEEL os bens vinculados a concessão.

Em 31 de março de 2021, a Companhia não possui bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

- (i) Referem-se, substancialmente, aos investimentos iniciais realizados nas fases de estudo, inventário e viabilidade realizados na UHE Sinop, considerados como custo da obra, estabelecidos no contrato de concessão, em consonância com as regras contábeis, societárias e regulatórias.
- (ii) Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de recursos aos principais fornecedores envolvidos na construção da UHE Sinop.
- (iii) As rubricas destinam-se aos reconhecimentos dos custos incorridos na construção e aquisições de terrenos da UHE Sinop, cujos pagamentos aos fornecedores/proprietários ainda não ocorreram. O reconhecimento do ativo é mensurado com base em laudos de engenharia e escrituras públicas.
- (iv) Referem-se, substancialmente, aos encargos sobre os financiamentos líquidos das receitas financeiras (CPC 20 - R1) incorridos na fase de construção da UHE Sinop, contabilizados no imobilizado em curso até agosto de 2019.
- (v) A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos nas Resoluções ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 674, de 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados, sendo inferiores ao tempo de concessão.

a) Teste por redução ao valor recuperável

A provisão para perda por redução ao valor recuperável e sua reversão parcial subsequente foram reconhecidas em relação aos atrasos nas obras de construção do empreendimento, motivados entre outras razões pela falta de licenças ambientais. Neste período, a Companhia não identificou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação à sua Unidade Geradora de Caixa (UGC).

(Reversão) Provisão para perda por redução ao valor recuperável

	31/03/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(624.202)	(866.742)
Reversão	<u>5.405</u>	<u>242.540</u>
Total impairment	<u>(618.797)</u>	<u>(624.202)</u>

Em 31 de março de 2021, o valor recuperável da UGC era como segue:

Valor recuperável	31/03/2021	31/12/2020
	<u>2.398.746</u>	<u>2.402.584</u>

O valor recuperável desta UGC foi baseado no valor justo menos os custos de venda, estimados com base em fluxos de caixa descontados. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação.

9 Intangível

Movimentação do período findo em 31 de março de 2021 – (3 meses)

	Saldo em 31/12/2020	Adições (+)	Amortização (-)	Saldo em 31/03/2021
Geração				
Software - GER	67	-	-	67
(-) Amortização Softwares - GER	(15)	-	(3)	(18)
Em curso - UBP (i)	34.139	2.108	-	36.247
(-) Amortização acumulada (ii)	(4.440)	-	(565)	(5.005)
Total - Geração	(29.751)	2.108	(568)	31.291
Administração Central				
Em serviço	1.009	-	-	1.009
(-) Amortização acumulada	(993)	-	(7)	(1.000)
Total - Administração	16	-	(7)	9
Total	29.767	2.108	(575)	31.300

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2019	Adições (+)	Amortização (-)	Saldo em 31/12/2020
Geração				
Software - GER	67	-	-	67
(-) Amortização Softwares - GER	(2)	-	(13)	(15)
Em curso - UBP (i)	32.822	1.317	-	34.139
(-) Amortização acumulada (ii)	(2.273)	-	(2.167)	(4.440)
Total - Geração	30.614	1.317	(2.180)	(29.751)
Administração Central				
Em serviço	1.009	-	-	1.009
(-) Amortização acumulada	(943)	-	(50)	(993)
Total - Administração	66	-	(50)	16
Total	30.680	1.317	(2.230)	29.767

- (i) Geração - Em curso - Utilização do Bem Público
 Como pagamento pela UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 1.531. O início da amortização e o recolhimento da primeira parcela ocorreu a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, no mês de dezembro de 2018, até o 35º ano da Concessão.

O montante pago é atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A obrigação está registrada no passivo circulante (R\$ 1.861 em 31 de março de 2021 e R\$ 2.260 em 31 de dezembro de 2020) e não circulante (R\$ 29.558 em 31 de março de 2021 e R\$ 27.616 em 31 de dezembro de 2020) em contrapartida ao intangível a valor presente descontado pela taxa de 9,08% a.a., decorrente da obtenção da Licença de Instalação do Empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo são capitalizados ao ativo intangível.

- (ii) Administração - Em serviço, saldo referente ao registro no intangível de *software*.

10 Fornecedores

	31/03/2021	31/12/2020
Materiais e serviços (i)	10.982	7.316
Energia comprada para revenda (ii)	3.965	12.805
EUST (iii)	3.364	3.379
Partes relacionadas (iv)	2.707	3.641
Outros (v)	1.199	966
Fundiário (vi)	827	1.087
Retenções contratuais (vii)	495	495
	23.539	29.689

- (i) Referem-se aos materiais/serviços para o canteiro de obras e operação e manutenção.
 (ii) Referem-se a provisão para compra de energia elétrica do período.
 (iii) Referem-se aos serviços de EUST's prestados pelas transmissoras (clientes).
 (iv) Referem-se a saldos em aberto à fornecedores partes relacionadas: (a) serviços prestados pela UTNF e EDF Serviços e (b) EUST prestados pela Eletronorte e CHESF, veja nota explicativa 22.
 (v) Referem-se substancialmente aos gastos com passagens, hospedagens, seguros, locadoras de veículos, assessorias financeiras e jurídicas, etc.
 (vi) Referem-se às propriedades negociadas com os títulos já registrados em cartório.
 (vii) Retenção de 5% do valor da medição dos fornecedores de serviços da área ambiental.

11 Financiamento BNDES

A Companhia, em 11 de agosto de 2016, contratou com o BNDES um crédito de R\$ 1.046.000 destinado à implantação da UHE Sinop e aos programas de investimentos sociais, objeto do Contrato de Concessão nº 01/2014-MME.

Esse financiamento é atualizado pelos juros e pelos encargos financeiros determinados no contrato incorridos até a data das Informações contábeis intermediárias.

As principais informações a respeito do financiamento com o BNDES são as seguintes:

Composição do financiamento em 31 de março de 2021

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Empréstimos	pré 2,88% a.a.	35.364	-	(1.098)	34.266
		35.364	-	(1.098)	34.266
Não circulante					
Empréstimos	pré 2,88% a.a.	1.110.422	-	(17.815)	1.092.607
Atualização	TJLP	-	3.356	-	3.356
		1.110.422	3.356	(17.815)	1.095.963
Total do financiamento		1.145.786	3.356	(18.913)	1.130.229

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2020

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Empréstimos	pré 2,88% a.a.	34.234	-	(1.098)	33.136
		34.234	-	(1.098)	33.136

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Não circulante					
Empréstimos	pré 2,88% a.a.	1.120.012	-	(18.086)	1.101.926
Atualização	TJLP	-	3.452	-	3.452
		1.120.012	3.452	(18.086)	1.105.378
Total do financiamento		1.154.246	3.452	(19.184)	1.138.514

Movimentação do financiamento e debêntures (nota explicativa 12) do período findo em 31 de março de 2021 - (3 meses)

	Passivos		Total
	Financiamento BNDES	Debêntures	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.138.514	262.194	1.400.708
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Amortização de principal	(8.460)	-	(8.460)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(8.460)	-	(8.460)
Outras variações			
Provisão de juros	20.242	8.246	28.488
Pagamento de juros	(20.338)	-	(20.338)
Custo de transação	271	217	488
Total de outras variações	175	8.463	8.638
Saldo em 31 de março de 2021	1.130.229	270.657	1.400.886

Movimentação do financiamento e debêntures (nota explicativa 12) em 31 de dezembro de 2020 - (12 meses)

	Passivos		Total
	Financiamento BNDES	Debêntures	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.108.329	249.387	1.357.716
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Empréstimos captados de terceiros	1.637	-	1.637
Amortização de principal	(14.792)	(671)	(15.463)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(13.155)	(671)	(13.826)
Outras variações			
Provisão de juros	85.048	33.161	118.209
Pagamento de juros	(42.809)	(20.564)	(63.373)
Custo de transação	1.101	881	1.982
Total de outras variações	43.340	13.478	56.818
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.138.514	262.194	1.400.708

Movimentação do período findo em 31 de março de 2021 – (3 meses)

Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Saldo em 31/03/2021
19.184	-	(271)	18.913

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 – (12 meses)

Saldo em 31/12/2019	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2020
20.285	-	(1.101)	19.184

O saldo do contrato de financiamento com o BNDES está dividido em três subcréditos (“A”, “B” e “D”). As parcelas, compostas de principal e juros serão amortizadas em 240 prestações

mensais: a primeira com vencimento em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

Em função da definição da garantia física em 242,8 MW médios pelo Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2018, a Companhia deixou de ter o direito de captar os recursos do subcrédito “C”, no valor de R\$ 28.000, conforme a Cláusula 17ª - Condições de Liberação da Colaboração Financeira, o que havia estabelecido um patamar mínimo de garantia física de 243,9 MW médios.

Subcréditos	Valor	Juros	Destino
A	970.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
B	43.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
D	5.000	TJLP	Implantação de projetos e programas de investimentos sociais da Companhia
Total	<u>1.018.000</u>		

A liberação do restante dos subcréditos, que sofrem atualização monetária pelo TJLP, ocorrerá de acordo com as etapas de operacionalização do projeto e da realização dos programas de investimentos sociais. A seguir apresentamos o cronograma previsto para a liberação do saldo a receber com os montantes expressos em valor de face:

<u>Período</u>	<u>Subcrédito D</u>
Entre maio/2021 até dez/2021	3.363

Demonstrativo do saldo do financiamento por ano (principal + juros)

Exercícios	Total
2021	34.266
2022	28.283
2023	40.103
2024	43.018
2025	46.145
2026	49.500
Após 2026	<u>907.827</u>
Total da dívida com encargos	<u>1.149.142</u>
Custo incremental	<u>(18.913)</u>
	<u>1.130.229</u>

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da operação constituem:

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios de que a Companhia é titular decorrentes do Contrato de Concessão em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento.
- Penhor, em caráter irrevogável e irretratável, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, da totalidade das ações da Sinop Energia detidas pelos atuais Controladores da Companhia em favor do BNDES.
- Cessão pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE dos direitos creditórios de que é titular, relativos à comercialização no Ambiente Regulado e/ou no Ambiente Livre da energia produzida por

usinas hidroelétricas cujas concessões são detidas por estas, relacionados nos respectivos contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios celebrados individualmente entre cada acionista mencionado acima e o BNDES.

- Fiança corporativa do acionista da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (EDFNF) e da acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda de pagamento feita pelo BNDES, relativamente ao saldo da dívida, sempre limitada às seguintes proporções: EDFNF 51% e ELETROBRAS 49%, em que as fianças serão dispensadas pelo BNDES, após 31 de dezembro de 2019, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 19ª (Conclusão Física e Financeira) do contrato de financiamento. Adicionalmente, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 6 e 12, o contrato de financiamento com o BNDES também determina a criação de Contas Reservas.

O contrato de financiamento com o BNDES possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capital Próprio (ICP) - Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social/Amortização de principal e pagamento de juros. Adicionalmente, o contrato de financiamento com o BNDES determina que o ICP e o ICSD deverão ser calculados e apresentados, anualmente, até o primeiro dia útil de maio de cada ano civil, nas notas explicativas das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício anterior, auditadas por auditor independente cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Índice de Capital Próprio (ICP)

O contrato de financiamento com o BNDES determina a manutenção, durante todo o período de amortização do financiamento, de Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% (vinte por cento).

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O contrato de financiamento com o BNDES requer que a Companhia apure e informe o ICSD anualmente, conforme o prazo e os termos mencionados acima. Caso o ICSD seja inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), por 2 dois anos consecutivos imediatamente anteriores: (i) a Companhia não poderá realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício anterior; e (ii) não atingirá todas as condições prévias necessárias para a liberação da fiança corporativa. O contrato possui cláusulas restritivas (*covenants*) atreladas a condições operacionais.

12 Debêntures

Características

Em 16 de maio de 2018, a Sinop Energia emitiu 236.000 (duzentas e trinta e seis mil) debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do disposto na Instrução CVM nº 476, com valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 236.000 (“Segunda Emissão de Debêntures”). A integralização das debêntures foi realizada à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo preço da subscrição das debêntures, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da B3, a partir da data de início da distribuição das debêntures. O resultado do processo do *Bookbuilding*

permitiu a emissão das debêntures com a taxa final de IPCA + 7,9461%. A totalidade dos recursos obtidos, no montante de R\$ 223.739, líquidos dos custos de captação, destinaram-se à construção da UHE Sinop.

As principais condições da emissão são estas:

Emissão	Quantidade	Remuneração	Pagamento	Vencimento	Garantia
2ª Emissão - Série única	236.000	IPCA + 7,9461%	Pagamentos semestrais a partir de 12/2019	06/2032	Garantia real e fidejussória

Amortização do valor nominal atualizado

O valor nominal atualizado será amortizado em 26 (vinte e seis) parcelas, sendo a primeira parcela realizada em 15 de dezembro de 2019 e a última em 15 de junho de 2032, conforme cronograma abaixo, ressalvada a hipótese de vencimento antecipada da totalidade das debêntures:

Vencimentos	Valores
2021	3.559
2022	6.740
2023	10.976
2024	16.024
2025	20.133
2026	24.998
A partir de 2026	<u>198.076</u>
Total da dívida com encargos	<u>280.506</u>
Custo incremental	<u>(9.849)</u>
	<u>270.657</u>

Período de capitalização, capitalização e periodicidade de pagamentos dos juros remuneratórios

O período de capitalização das debêntures será o intervalo de tempo que se inicia na data da subscrição, ou na data de incorporação imediatamente anterior ou na data de pagamento de juros remuneratórios imediatamente anterior no caso dos demais períodos de capitalização das debêntures e termina na data de incorporação ou data de pagamento de juros remuneratórios correspondente ao período em questão.

Os juros remuneratórios foram pagos semestralmente, em que: (i) os juros remuneratórios calculados no período compreendido entre a data de subscrição e o dia 15 (quinze) de junho de 2019 (exclusive) foram integralmente capitalizados e incorporados ao valor nominal atualizado em 15 (quinze) de junho de 2019 (“data da incorporação”); (ii) o primeiro pagamento de juros remuneratórios foi realizado em 15 de dezembro de 2019; e (iii) os demais pagamentos de juros remuneratórios ocorrerão sucessivamente, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro, sendo o último pagamento realizado na data de vencimento, 15 de junho de 2032.

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da emissão constituem:

Compartilhamento de garantias detidas pelo BNDES

Fiança corporativa dos atuais acionistas controladores de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda sempre limitada às seguintes proporções: CHESF 24,5%; EDFNF 51%; e ELETRONORTE 24,5%, em que as fianças serão

dispensadas, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 3.9.1.4 (*Completion* Físico e Financeiro do Projeto).

Para mais detalhes, consulte o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Companhia, disponível no *site* na rede mundial de computadores da Comissão de Valores Mobiliários e, ainda, o *site* de Relações com Investidores da Sinop Energia.

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capitalização (IC) - Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social, dividido pela amortização de principal e pagamento de juros.

Índice de Capitalização (IC)

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que, para fins de comprovação do *Completion* Físico e Financeiro, entre outras condições cumulativas, a Companhia apresente índice de capitalização igual ou superior a 20% (vinte por cento) com base em Informações contábeis intermediárias anuais auditadas. Adicionalmente, é vedado o resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia ou a distribuição de juros sobre capital próprio ou dividendos ou, ainda, o pagamento de quaisquer outros valores a seus acionistas diretos ou indiretos, inclusive pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, exceto pelo pagamento de juros sobre capital próprio ou distribuição de dividendos quando a Emissora estiver adimplente com as obrigações decorrentes da Escritura e dos Contratos de Garantia Real e comprovar, cumulativamente: (i) o *Completion* Físico e Financeiro do Projeto; (ii) o ICSD superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 2 (dois) anos consecutivos imediatamente anteriores; e (iii) IC igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), ambos comprovados mediante a apresentação das Demonstrações Contábeis auditadas.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

Além da condição mencionada acima, a Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que constitui um evento de inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado não automático a apuração do ICSD num patamar inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) por três anos consecutivos ou por três anos intercalados. A apuração do ICSD deve ser realizada após o encerramento de cada exercício fiscal com base nas informações das Demonstrações Contábeis auditadas.

O contrato possui cláusulas restritivas (*covenants*) atreladas a condições operacionais.

Composição das debêntures em 31 de março de 2021

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461%	2.656	-	(859)	1.797
Atualização		-	1.762	-	1.762
		2.656	1.762	(859)	3.559
Não circulante					
Debêntures		234.971	-	(8.990)	225.981
Atualização		-	41.117	-	41.117
		234.971	41.117	(8.990)	267.098
Total das debêntures		237.267	42.879	(9.849)	270.657

Composição das debêntures em 31 de dezembro de 2020

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461%	2.656	-	(878)	1.778
Atualização		-	1.762	-	1.762
		2.656	1.762	(858)	3.540
Não circulante					
Debêntures		234.972	-	(9.187)	225.785
Atualização		-	32.869	-	32.869
		234.972	32.869	(9.187)	258.654
Total das debêntures		237.628	34.631	(10.065)	262.194

Movimentação do período findo em 31 de março de 2021 – (3 meses)

	Saldo em 31/12/2020	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 31/03/2021
Circulante						
Debêntures	1.778	-	-	-	19	1.797
Atualização	1.762	-	-	-	-	1.762
	3.540	-	-	-	19	3.560
Não circulante						
Debêntures	208.252	-	-	-	198	208.450
Atualização	50.402	-	-	8.246	-	58.648
	258.654	-	-	8.246	198	267.098
Total das debêntures	262.194	-	-	8.246	217	270.657

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2019	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 31/12/2020
Circulante						
Debêntures	651	(671)	22.289	(20.563)	72	1.778
Atualização	-	-	1.762	-	-	1.762
	651	(671)	24.051	(20.563)	72	3.540
Não circulante						
Debêntures	231.202	-	(22.289)	(1.469)	808	208.252
Atualização	17.534	-	(1.762)	34.630	-	50.402
	248.736	-	(24.051)	33.161	808	258.654
Total das debêntures	249.387	(671)	-	12.598	880	262.194

Movimentação do período findo em 31 de março de 2021 – (3 meses)

Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Saldo em 31/03/2021
10.066	-	(217)	9.848

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 – (12 meses)

Saldo em 31/12/2019	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2020
10.947	-	(881)	10.066

13 Provisões socioambientais

Referem-se à provisão relacionada aos gastos futuros com os programas socioambientais, a qual foi agregada ao custo do reservatório (imobilizado).

Circulante

	31/03/2021	31/12/2020
Físico biótico	4.600	11.362
	4.600	11.362

Não circulante

	31/03/2021	31/12/2020
Físico biótico (*)	57.902	48.302
(-) Ajuste a valor presente (i)	(7.358)	(5.735)
	50.544	42.567
	55.144	53.929

(*) Programa de Monitoramento e Controle de Processos Erosivos; Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (Canteiro de Obras); Subprograma de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas; Subprograma de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas; Subprograma de Acompanhamento dos Direitos Minerários; Subprograma de Identificação das Alternativas de Exploração de Jazidas de Argila; Programa de Monitoramento de Encostas Marginais; Programa de Coletas de Propágulos e Produção de Mudanças; Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre; Programa de Monitoramento da Fauna Aquática e Semiaquática; Programa de Afugentamento e Resgate da Fauna Terrestre; Programa de Monitoramento da Ictiofauna; Subprograma de Mitigação de Impactos Sobre as Espécies Migratórias de Interesse Comercial; Programa de Resgate da Ictiofauna; Subprograma de Monitoramento Limonológico e de Qualidade da Água; e Subprograma de Monitoramento de Macrófitas Aquáticas.

- (i) Em 31 de março de 2021, a Companhia ajustou a provisão a valor presente no valor de R\$ 5.735, tendo como base a projeção do IPCA médio de 3,2% a.a. (3,3% a.a. em 31 de dezembro de 2020) (Nota explicativa nº 8).

Em 31 de março de 2021, a Companhia, com base em estudos que levaram em conta os compromissos assumidos por meio de diversos projetos relacionados às atividades socioambientais da UHE Sinop, registrou no passivo circulante R\$ 4.600 (R\$ 11.362, em 31 de dezembro de 2020) e no passivo não circulante R\$ 50.544 (R\$ 42.567, em 31 de dezembro de 2020).

14 Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e reflete a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas.

Os valores envolvidos nessas ações dependem das avaliações de eventuais danos, que poderão ser caracterizados pelo juiz em sentença em caso de procedência da ação, além de estarem sujeitos à confirmação pelas demais instâncias judiciais, devendo ser liquidados e quantificados em sede e momento oportunos, não estando necessariamente vinculados ao valor dado à causa.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, constituída de acordo com o IAS 37/CPC 25, é suficiente para cobrir eventuais perdas.

Contingências classificadas com probabilidade “provável” Movimentações em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	524	648
Adições	13	25
Pagamentos/baixas	-	(149)
Saldo final	<u>537</u>	<u>524</u>

A Companhia é ré em processos trabalhistas. Todos os processos estão tramitando na Justiça Trabalhista no Estado de Mato Grosso.

Contingências classificadas com probabilidade “possível”

A Companhia discute temas que, na opinião de seus assessores legais, têm a probabilidade classificada como “possível” e, conseqüentemente, não há provisionamento de valores, especialmente quando o risco de perda é possível, mas o risco de desembolso é remoto. Em 31 de março de 2021, o valor envolvido estimado para todas as ações judiciais e administrativas é de R\$ 160.668 (R\$ 157.421 em 31 de dezembro de 2020), tais como: processos trabalhistas (envolvendo contratação de empresas terceirizadas e a Companhia figurada no polo passivo como litisconsorte e eventual possibilidade de condenação solidária ou subsidiária), e regulatórios/ambientais — Ação Civil Pública (ACP) —, tendo em vista que as ACPs questionam apenas o licenciamento do EIA/RIMA.

Movimentação do período findo em 31 de março de 2021 – (3 meses)

	31/12/2020	Adições	Baixas	31/03/2021
Cíveis e outras (i)	121.431	3.400	-	124.831
Trabalhistas (ii)	3.435	61	(587)	2.909
Tributárias (iii)	32.555	789	-	33.344
Total	157.421	4.250	(587)	161.084

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Cíveis e outras (i)	122.432	9.876	(10.877)	121.431
Trabalhistas (ii)	3.288	1.906	(1.759)	3.435
Tributárias (iii)	30.268	2.287	-	32.555
Total	155.988	14.069	(12.636)	157.421

- (i) Cíveis
 As contingências cíveis, substancialmente, são de autoria de Entidades Públicas, tais como: SEMA, Ministério Público Federal e Prefeituras (R\$ 116.419) e Outros, tais como: Pessoas Físicas e Jurídicas (R\$ 8.412).
- (ii) Trabalhistas
 As contingências trabalhistas de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas ao reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias e seus reflexos, horas extraordinárias e seus reflexos, horas *in itinere*, indenização por dano moral decorrente do pagamento incorreto das verbas rescisórias e multas dos artigos 467 e 477 da CLT.
- (iii) Tributárias

Município de Itaúba

O município de Itaúba instaurou processo administrativo fiscal que concluiu pela existência de débito da Sinop Energia no montante de R\$ 9.858, relativo a Imposto Sobre Serviços, supostamente recolhidos a menor no âmbito do contrato de empreitada celebrado entre a Sinop Energia e a Construtora Triunfo.

Em razão desse processo administrativo, a Sinop Energia propôs ação ordinária contra a autuação, defendendo a ilegalidade da cobrança em razão de o cálculo ter sido feito pelo município sobre valores de insumos - que não constituem base de cálculo para o tributo, porque não são serviços - além de serviços que, conquanto sujeitos ao ISSQN, foram prestados em outros municípios, para os quais foram recolhidos os impostos.

Após o encerramento do processo administrativo fiscal, o Município ingressou com ação de execução fiscal e a Sinop Energia apresentou sua defesa, tendo contratado seguro garantia judicial, o qual garante o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendendo o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais.

Município de Cláudia

O município de Cláudia instaurou processo administrativo fiscal que concluiu pela existência de débito da Sinop Energia no montante de R\$ 22.697, relativo a Imposto Sobre Serviços, supostamente recolhidos a menor no âmbito do contrato de empreitada celebrado entre a Sinop Energia e a Construtora Triunfo.

Em razão desse processo administrativo, a Sinop Energia propôs ação ordinária contra a autuação, defendendo a ilegalidade da cobrança em razão de o cálculo ter sido feito pelo município sobre valores de insumos - que não constituem base de cálculo para o tributo, porque não são serviços - além de serviços que, conquanto sujeitos ao ISSQN, foram prestados em outros municípios, para os quais foram recolhidos os impostos.

Após o encerramento do processo administrativo fiscal, o Município ingressou com ação de execução fiscal e a Sinop Energia apresentou sua defesa, tendo contratado seguro garantia judicial, o qual garante o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendendo o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais.

15 Capital social

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 2.234.136, que compreende 2.234.136.449 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 2.234.136, até o limite de 2.234.136.449 ações ordinárias.

A estrutura societária da Companhia está assim representada, em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	547.363	547.363	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco CHESF	547.363	547.363	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	1.139.410	1.139.410	51,0%
	2.234.136	2.234.136	100,0%

a. (Prejuízo) lucro líquido por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020
(Prejuízo) lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias	(10.226)	1.714
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	2.234.136	2.234.136
Lucro líquido ou (prejuízo) por ação (básico) - R\$	(0,00458)	0,00077
Lucro líquido ou (prejuízo) por ação (diluído) - R\$	(0,00458)	0,00077

Em 31 de março de 2021 e 2020, o lucro líquido / (prejuízo) por ação diluído representa o mesmo montante que o básico, uma vez que a Companhia não possui instrumentos diluidores emitidos nestes períodos.

O prejuízo contábil deverá ser, obrigatoriamente, absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nesta ordem. Desta forma, o saldo da conta "Reserva Legal (PL)" e "Reserva de Capital (PL)" somente poderão ser utilizadas para compensação do prejuízo apurado no exercício na hipótese de não haver saldo suficiente nas contas "Lucros ou Prejuízos Acumulados (PL)" e "Reserva de Lucros (PL)".

16 Receitas líquidas com vendas de energia elétrica

	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020
Receita com venda de energia - (i) ACR	78.301	76.025
Receita com venda de energia - (ii) ACL	2.309	2.280
COFINS sobre venda de energia elétrica	(6.127)	(5.922)
PIS sobre venda de energia elétrica	(1.330)	(1.285)
Encargos setoriais	(3.497)	(2.224)
	69.656	68.874

Referem-se à comercialização de energia elétrica de:

(i)			
MWh		479.578	484.237
Preço médio – em R\$		163,27	157,00
(ii)			
MWh		12.355	12.492
Preço médio – em R\$		186,92	182,47

17 Custos com comercialização de energia elétrica

	01/01/2021	01/01/2020
	a	a
	31/03/2021	31/03/2020
Energia elétrica comprada para revenda (i) (*)	(10.609)	-
Risco hidrológico	(6.013)	(5.821)
	<u>(16.622)</u>	<u>(5.821)</u>
(i)		
MWh	64.818	
Preço médio – em R\$	342,14	

(*) Referem-se à aquisição de energia elétrica, deduzidos os tributos sobre o faturamento (PIS e COFINS).

18 Encargos de uso do sistema de transmissão

	01/01/2021	01/01/2020
	a	a
	31/03/2021	31/03/2020
Encargos de uso do sistema de transmissão	<u>(10.379)</u>	<u>(9.945)</u>

19 Outros custos com energia elétrica

		01/01/2021	01/01/2020
	Nota	a	a
		31/03/2021	31/03/2020
Depreciações e amortizações (a)	19a	(23.051)	(22.892)
Serviços de terceiros (b)	19b	(6.719)	(3.335)
Pessoal, encargos e benefícios	19c	(1.835)	(1.230)
Outros (seguros, taxas regulatórias, etc.)		(239)	(446)
Materiais		(195)	(401)
Passagens e hospedagens		-	(7)
		<u>(32.039)</u>	<u>(28.311)</u>
19a. Depreciações e amortizações			
- Depreciação – Geração	8	(24.493)	(22.350)
- Depreciação – Sistema de conexão	8	(282)	-
- Amortização – Geração	9	(568)	(542)
		<u>(25.343)</u>	<u>(22.892)</u>
Créditos de Pis e Cofins sobre depreciação e amortização (*)		2.292	-
Valor líquido de depreciação e amortização		<u>(23.051)</u>	<u>(22.892)</u>

(*) Os créditos de Pis e Cofins sobre a depreciação foram apurados somente após a conclusão do processo de unitização do imobilizado, no quarto trimestre de 2020.

19b. Serviços de terceiros

	01/01/2021	01/01/2020
	a	a
	31/03/2021	31/03/2020
Assessoria e consultoria de O&M	(4.778)	(2.791)
Programas ambientais - OPEX	(1.186)	(283)
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(455)	(63)
Monitoramento e vigilância	(257)	(84)
Transportes	(22)	(28)
Outros	(21)	(3)
Compartilhamento de infraestrutura	-	(83)
	<u>(6.719)</u>	<u>(3.335)</u>

19c. Pessoal, encargos e benefícios

	01/01/2021	01/01/2020
	a	a
	31/03/2021	31/03/2020
Remuneração de empregados	(999)	(1.062)
Encargos trabalhistas	(709)	(102)
Benefícios a empregados	(127)	(66)
	<u>(1.835)</u>	<u>(1.230)</u>

20 Despesas gerais e administrativas

		01/01/2021	01/01/2020
		a	a
	Nota	31/03/2021	31/03/2020
Pessoal, encargos e benefícios	20a	(1.658)	(1.706)
Serviços de terceiros	20b	(1.175)	(1.570)
Arrendamentos e aluguéis		(94)	(366)
Outros		(63)	(161)
Litígios trabalhistas e cíveis	14	(61)	(44)
Depreciações e amortizações		(53)	(85)
Passagens e hospedagens		(28)	(61)
Materiais		(21)	(52)
		<u>(3.153)</u>	<u>(4.045)</u>

20a. Pessoal, encargos e benefícios

	01/01/2021	01/01/2020
	a	a
	31/03/2021	31/03/2020
Remuneração de empregados	(718)	(878)
Encargos trabalhistas	(425)	(390)
Benefícios a empregados	(515)	(438)
	<u>(1.658)</u>	<u>(1.706)</u>

20b. Serviços de terceiros

	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(850)	(902)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(154)	(300)
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(61)	(117)
Outros	(46)	(215)
Monitoramento e vigilância	(46)	(35)
Transportes	(18)	(1)
	<u>(1.175)</u>	<u>(1.570)</u>

21 Resultado financeiro

	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras (i)	936	2.114
Descontos obtidos	2	7
Subtotal	<u>938</u>	<u>2.121</u>
Despesas financeiras		
Encargos sobre os financiamentos BNDES e Debêntures	(29.205)	(29.203)
Outras despesas financeiras	(38)	(36)
IOF	(2)	(23)
Juros, multas e atualizações	(2)	(223)
Subtotal	<u>(29.247)</u>	<u>(29.485)</u>
	<u>(28.309)</u>	<u>(27.364)</u>

22 Partes relacionadas

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía como partes relacionadas administradores e controladores.

Os administradores da Companhia são os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, devidamente eleitos em Assembleia Geral, e, ainda, os diretores estatutários eleitos pelo Conselho de Administração.

Os controladores da Companhia são: Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (UTNF), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE; a Electricité de France International (EDFI) e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS).

A EDF Norte Fluminense Serviços e Projetos em Geração de Energia Ltda. (EDF Projetos) é subsidiária integral do controlador da Companhia Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.

Controladores

	01/01/2021 a 31/03/2021			01/01/2020 a 31/12/2020		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
ELETRONORTE						
Venda de energia elétrica (i)	398	-	1.155	398	-	4.621
EUST (ii)	-	407	(947)	-	414	(3.647)
	398	407	208	398	414	974
CHESF						
Venda de energia elétrica (i)	398	-	1.155	398	-	4.621
EUST (ii)	-	652	(1.494)	-	657	(5.608)
	398	652	(339)	398	657	(987)
UTNF						
Serviços	-	-	-	-	-	(65)
Materiais	-	-	-	-	-	(141)
	-	-	-	-	-	(206)
EDF SERVIÇOS						
Serviços (iii)	-	1.648	(3.298)	-	1.649	(6.666)
	-	1.648	(3.298)	-	1.649	(6.666)
TOTAL	796	2.707	(3.429)	796	2.720	(6.885)

- (i) Energia elétrica vendida no ACL, com vencimento no oitavo dia útil do mês subsequente e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota Explicativa nº 4(ii).
- (ii) Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão, com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês subsequente e dia 05 do segundo mês subsequente e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota Explicativa nº 4(ii).
- (iii) Prestação de serviços de operação e manutenção da UHE Sinop e instalações associadas, com vencimento trimestral e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota explicativa nº 4(ii).

Remuneração da Administração

De acordo com o art. 17º do Estatuto Social da Companhia, compete à Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal. A remuneração global da Administração e dos membros do Conselho Fiscal é aprovado em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 15 de julho de 2020.

	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2020 a 31/03/2020
Remuneração da diretoria (i)	(247)	(247)
Encargos trabalhistas e sociais dos diretores(ii)	(156)	(156)
Benefícios dos diretores (iii)	(82)	(92)
Remuneração dos Conselheiros (iv)	(59)	(59)
	(544)	(554)

- (i) Composta por ordenados e salários.
- (ii) Provisão de férias, 13º salários e respectivos encargos sociais.
- (iii) Compostos por benefícios concedidos, como assistência médica, seguros entre outros.
- (iv) Composta por ordenados e salários.

23 Gestão de riscos dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não mantinha contrato envolvendo operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos estão representados pelas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Fornecedores”, “Fundos vinculados” e demais passivos financeiros.

Estimativa do valor justo

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui em seus registros instrumentos financeiros ao valor justo.

	Nota	Nível	31/03/2021	31/12/2020
Ativos financeiros não-mensurados a valor justo				
Caixa e títulos e valores mobiliários	3	2	157.873	169.801
Contas a receber	4	-	35.884	34.998
Fundos vinculados	6	2	77.381	77.373
			<u>271.138</u>	<u>282.172</u>
Passivos financeiros não-mensurados a valor justo				
Fornecedores, prov. socioambientais, encargos setoriais e outros passivos circulantes	10 e 13		83.684	86.256
Empréstimos e financiamentos	11		1.130.229	1.138.514
Debêntures	12		270.657	262.194
			<u>1.484.570</u>	<u>1.486.964</u>

Em 31 de março de 2021, os encargos setoriais mencionados neste demonstrativo representam R\$ 4.891 (R\$ 2.608 em 31 de dezembro de 2020).

Gestão de riscos

A Companhia encontra-se em fase operacional, e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de buscar uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e debêntures (contemplando as dívidas de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	31/03/2021	31/12/2020
Financiamentos, empréstimos e debêntures	11 e 12	1.400.886	1.400.708
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	3	(157.873)	(169.801)
Dívida líquida		1.243.013	1.230.907
Patrimônio líquido		1.569.494	1.579.720
Total do capital		2.812.507	2.810.627
Índice de alavancagem financeira		44,2%	43,8%

Risco de crédito

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente, levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia mantém suas aplicações financeiras concentradas no Banco do Brasil.

A Companhia possui duas carteiras de aplicações:

- (i) as aplicações de rendas fixa e baixo risco, no Banco do Brasil, remunerada a 96% do CDI (Nota Explicativa nº 3); e
- (ii) as aplicações em fundos de investimentos no Bradesco, em contas vinculadas permitidas pelo BNDES. (Nota Explicativa nº 6).

Não há valores mínimos ou máximos para movimentação e permanência nem há carência para o resgate (Nota Explicativa nº 3).

Não é identificado, no momento, nenhum indício de *impairment* na sua carteira de ativos exposta ao risco de crédito, representada substancialmente pelos numerários mantidos com instituições financeiras (Nota Explicativa nº 3).

Risco de preço

As receitas da Companhia, quando do início de suas operações comerciais, serão, nos termos do contrato de concessão e contratos CCEARs, reajustadas anualmente pela variação do IPCA.

Risco de taxa de juros

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 75% de seus compromissos contratuais, representados pelo financiamento com o BNDES, estão atrelados ao índice da TJLP e 100% das suas obrigações oriundas dos contratos de venda de energia futura estão comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado e Livre estão atrelados ao IPCA. No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia contratou os empréstimos para financiamento do projeto com as seguintes condições:

- Financiamento BNDES: prazo de 20 (vinte) anos, com os juros baseados na TJLP + 2,88% a.a.
- 2ª emissão de debêntures: prazo de 14 (quatorze) anos, com os juros baseados no IPCA + 7,9461% a.a.

- As condições desses financiamentos estão atreladas a juros prefixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.
- ***Risco de degradação do Índice de Disponibilidade e Risco Hidrológico***
A Companhia está exposta ao risco de degradação do Índice de Disponibilidade (ID) e consequentemente no Fator de Disponibilidade (FID) pelo motivo de parada de suas Unidades Geradoras (UG1) e (UG2).
Adicionalmente, as variações hidrológicas ocorridas no país, também impactam diretamente o Fator de Ajuste GSFMRE, refletindo na contabilização mensal efetuada pela CCEE.
Ambos os fatores, compõem os cálculos de exposição da Companhia, e em casos de não atendimento dos contratos já formalizados de venda no ACR e ACL, se faz necessária a compra de energia pelo PLD na liquidação financeira calculada pela CCEE ou a compra de energia convencional no mercado.
A área técnica, juntamente com o Comitê de Comercialização, o qual conta com representantes das acionistas está sempre avaliando e atuando nas melhores operações de compra favoráveis a Companhia.

Risco de liquidez

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. O detalhamento da dívida e dos prazos de financiamento de longo prazo da Companhia perante o BNDES e seus debenturistas estão evidenciados nas Notas Explicativas nº 11 e 12, respectivamente.

A Companhia administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

A Companhia vem apresentando uma melhora na rentabilidade, honrando todos os seus compromissos assumidos e com expectativa de honrar todos os seus futuros compromissos.

O valor justo não foi divulgado, pois ele é razoavelmente igual ao valor contábil.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensados.

31 de março de 2021								
Passivos financeiros não derivativos	Nota	Valor contábil	Total	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores, prov. socioambientais, encargos setoriais e outros passivos circulantes		83.684	83.684	28.335	2.300	33.815	14.144	5.090
Empréstimos e financiamentos	11	1.130.229	2.016.841	30.998	30.148	409.982	614.973	930.740
Debêntures	12	270.657	545.490	-	7.173	35.705	72.872	429.740
		<u>1.484.570</u>	<u>2.646.014</u>	<u>59.333</u>	<u>39.621</u>	<u>479.502</u>	<u>701.988</u>	<u>1.365.570</u>
31 de dezembro de 2020								
Passivos financeiros não derivativos	Nota	Valor contábil	Total	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores, prov. socioambientais, encargos setoriais e outros passivos circulantes		86.256	86.256	36.125	5.362	10.968	17.826	15.975
Empréstimos e financiamentos	11	1.138.514	2.031.625	58.047	58.047	232.185	348.278	1.335.068
Debêntures	12	262.194	528.433	13.104	10.864	62.029	81.797	360.639
		<u>1.486.964</u>	<u>2.646.314</u>	<u>107.276</u>	<u>74.273</u>	<u>305.182</u>	<u>447.901</u>	<u>1.711.682</u>

Não é esperado que os fluxos de caixa incluído na análise de maturidade da Companhia possa ocorrer significativamente mais cedo, ou com valores diferentes dos indicados acima.

Análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos financeiros

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste do contrato de financiamento perante o BNDES.

O CPC 40 (R1) dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas, ao qual a Companhia está exposta, com as instituições financeiras na data-base de 31 de março de 2021, foram definidos três cenários diferentes, considerando as projeções de longo prazo para as taxas de CDI e TJLP divulgadas pelo Banco Bradesco, e foram definidos os cenários prováveis para os próximos 12 meses e, a partir daí, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário, foram calculadas as receitas e despesa financeiras brutas, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2021. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de março de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

	Cenário I <i>Provável</i>	Risco na apreciação		Risco na depreciação	
		Cenário II 25%	Cenário III 50%	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Ativos					
Fundos de investimentos (i)					
67.807		<i>Carteira de fundos</i>		<i>Carteira de fundos</i>	
Receita financeira projetada	67.807	69.044	69.292	67.064	67.312
Taxa de juros	990	1.237	1.485	742	495
Variação - R\$	1,46%	1,83%	2,19%	1,10%	0,73%
		247	495	(247)	(495)
Aplicações CDI (ii)					
154.766		<i>Aumento do CDI</i>		<i>Redução do CDI</i>	
Receita financeira projetada	154.766	165.259	167.358	148.470	150.569
Taxa de juros	8.395	10.493	12.592	6.296	4.197
Variação - R\$	5,42%	6,78%	8,14%	4,07%	2,71%
		2.099	4.197	(2.099)	(4.197)
Passivos					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (a)					
1.149.142		<i>Aumento da TJLP</i>		<i>Redução da TJLP</i>	
Despesa financeira projetada	1.149.142	1.230.659	1.246.962	1.100.231	1.116.535
Taxa de juros	65.214	81.517	97.821	48.910	32.607
Variação - R\$	5,68%	7,09%	8,51%	4,26%	2,84%
		16.303	32.607	(16.303)	(32.607)
Debêntures (b)					
280.506		<i>Aumento do IPCA</i>		<i>Redução do IPCA</i>	
Despesa financeira projetada	280.506	295.478	298.473	271.523	274.518
Taxa de juros	11.978	14.972	17.966	8.983	5.989
Variação - R\$	4,27%	5,34%	6,41%	3,20%	2,14%
		2.994	5.989	(2.994)	(5.989)
(i) Fundos de investimentos					
Aplicação em carteira de fundos				67.807	
Conta centralizadora				9.574	
Total dos fundos vinculados - Nota Explicativa nº 6				77.381	
(ii) Aplicações CDI					
Aplicação em CDI				154.766	
Aplicação automática em fundos BB				1.585	
Total das aplicações no Banco do Brasil - Nota Explicativa nº 3				156.351	
Composição dos saldos		BNDES (a)		Debêntures (b)	
Nota Explicativa		11		12	
Saldo final		1.130.229		270.657	
Custo incremental		18.913		9.849	
		1.149.142		280.506	
Premissas (média entre 2020 e 2021)					
Carteira de fundos - Ativos		a.a.		1,46%	
CDI - Ativos		a.a.		5,65%	
TJLP - Passivos		a.a.		5,68%	
IPCA - Passivos		a.a.		4,27%	

24 Cobertura de seguros e depósitos caucionados

Seguradora	Apólice	Objeto	Vigência	Limite Máximo de Garantia (LMG)	Observação
------------	---------	--------	----------	---------------------------------	------------

<i>Companhia figurada como tomadora e beneficiária do seguro</i>					
AXA Seguros S.A.	03.10.1.001702	Directors and Officers Liability Insurance (D&O)	31/03/20 até 31/03/21	14.000	
XL Seguros Brasil S.A.	28.522.021.003.103.500.000.000	Responsabilidade civil geral	31/12/20 até 31/12/21	100.000	-
XL Seguros Brasil S.A.	03.51.1.002843	Res. Civil Estabelecimentos Comerciais e/ou Industriais	30/06/20 até 30/06/21	59.237	Apólice contratada pela acionista EDF no qual a SINOP ENERGIA é cossegurado
XL Seguros Brasil S.A.	XBS0007043PR19A	Riscos operacionais	31/12/20 até 31/12/21	1.510.886	Renovação em processo de Cotação
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	046692020100107750015761	Seguro Garantia para a ação de ISSQN de Cláudia	21/08/20 até 21/08/22	40.223	
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	046692020100107750016055	Seguro Garantia para a ação de ISSQN de Itaúba	04/09/20 até 04/09/22	11.719	

<i>Companhia figurada como beneficiária do seguro</i>					
Liberty Seguros	7697000457	Venda de energia elétrica	16/02/21 até 15/02/22	805	Seguro garantia contratado pela CHESF

<i>Depósito caução</i>					
Banco	Agência / Conta	Objeto	Data da abertura	Valor	Observação
Caixa	2403 / 473-5	Venda de energia elétrica	01/02/2019	776	Seguro garantia efetuado pela Eletronorte

25 Compromissos

Em 31 de março de 2021, a Companhia possui o montante de R\$ 108.480 de compromissos assumidos.

Compromissos	31/03/2021
Operação e manutenção da usina	43.380
Plano Básico Ambiental	30.524
Aquisição de energia elétrica	15.551
Assessorias, consultorias e auditorias	5.845
Obras do reservatório	5.720
Outros	5.506
Obras da barragem	1.534
Supressão vegetal	420
Total	108.480

26 Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2 / IAS 7. Durante o período findo em 31 de março de 2021 e o exercício findo 31 de dezembro de 2020, a Companhia adquiriu bens do ativo imobilizado, dos quais uma parte são itens não caixa relativos à aquisição de imobilizado. A conciliação encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	31/03/2021	31/03/2020
Aquisição de bens do ativo imobilizado (nota explicativa nº 8)	26.214	14.575
(-) Aquisições que não tiveram efeito caixa	<u>(22.615)</u>	<u>(7.846)</u>
Total dos pagamentos para aquisição de bens	<u>3.599</u>	<u>6.729</u>

* * *

Ricardo Murilo Padilha de Araújo
Diretor presidente

Vera Lúcia Rett Carreira
Diretora administrativa e financeira e
Diretora de relações com investidores

Alessandro Camilo da Silva
Contador – CRC MT 005078-0/9